



UFOP
Universidade Federal
de Ouro Preto

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS

INÍCIO, MEIO E FIM DE UMA TRAJETÓRIA ACADÊMICA

RENATO GUIMARÃES COELHO

MARIANA

2023

RENATO GUIMARÃES COELHO

INÍCIO, MEIO E FIM DE UMA TRAJETÓRIA ACADÊMICA

Monografia apresentada ao Curso de Administração da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito para obtenção do título Bacharel em Administração.

Orientadora: Profa. DSc. Simone Aparecida Simões Rocha

MARIANA

2023

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

C672i Coelho, Renato Guimaraes.
Início, meio e fim de uma trajetória acadêmica. [manuscrito] / Renato
Guimaraes Coelho. - 2023.
35 f.: il.: color..

Orientadora: Profa. Dra. Simone Aparecida Simões Rocha.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Administração .

1. Ensino superior. 2. Evasão universitária. 3. Frequência
universitária. 4. Universidades e faculdades públicas. I. Rocha, Simone
Aparecida Simões. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 378

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Renato Coelho Guimarães

Início, meio e fim de uma trajetória acadêmica

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Administrativas da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração

Mariana-MG, 27 de março de 2023.

Membros da banca

Profa. Doutora Simone Aparecida Simões Rocha – Orientadora e Presidente da Banca – Universidade Federal de Ouro Preto/UFOP

Profa. Doutora Ana Cristina Miranda Rodrigues – Universidade Federal de Ouro Preto/UFOP

Profa. Mestranda Itaiane de Paula – Universidade Federal de Ouro Preto/UFOP

Simone Aparecida Simões Rocha, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 04/06/2023.



Documento assinado eletronicamente por **Simone Aparecida Simoes Rocha, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 04/06/2023, às 14:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0536143** e o código CRC **F9B15EA0**.

RESUMO

O presente estudo realiza uma avaliação diagnóstica do fenômeno da evasão no ensino superior, utilizando como estudo de caso uma instituição de ensino superior pública. Com o objetivo de analisar as necessidades e expectativas dos discentes, a partir dos processos necessários para sua formação acadêmica na instituição em estudo. Para tanto, é realizado um questionário com 26 perguntas, aplicadas a 41 discentes. Os resultados demonstram que tanto o fenômeno da evasão quanto os motivos causadores do problema são variados, podendo ser de natureza econômica e/ou social. Conclui-se que definir todas as razões para a evasão no sistema de ensino superior como um todo, é uma tarefa árdua, entretanto, é possível enumerar algumas das causas mais frequentes, como falta de recursos financeiros e outros fatores acadêmicos e sociais, como a escolha da carreira, expectativas do aluno em relação ao curso, falta de preparação, carga emocional elevada e dificuldades de aprendizagem, também influenciam a evasão.

Palavras-chave: Evasão. Ensino Superior. Instituição pública. Trajetória acadêmica.

ABSTRACT

The present study performs a diagnostic evaluation of the dropout phenomenon in higher education, using as a case study a public higher education institution. With the objective of analyzing the needs and expectations of students, from the processes necessary for their academic training in the institution under study. To this end, a questionnaire with 26 questions is carried out, applied to 41 students. The results show that both the dropout phenomenon and the reasons that cause the problem are varied, and may be of an economic and/or social nature. It is concluded that defining all the reasons for dropping out in the higher education system as a whole is an arduous task, however, it is possible to list some of the most frequent causes, such as lack of financial resources and other academic and social factors, such as the choice of career, the student's expectations of the course, lack of preparation, high emotional load and learning difficulties, also influence dropout.

Keywords: Evasion. Higher education. Public institution. Academic trajectory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Gênero, faixa etária, estado civil e escolaridade.....	21
Figura 2 - Cidade de residência, atividades remuneradas, propriedade de empresa e deslocamento até a Universidade	22
Figura 3 - Principais motivos da escolha do curso	22
Figura 4 - Importância dos horários das disciplinas, aprovação em disciplinas, conhecimento e regras de ATV100	24
Figura 5 - Conhecimento sobre ATV500 e ATV600, vínculo institucional através do ATV500 e imposição de tema para ATV600	24
Figura 6 - Curso almejado, formação do corpo docente adequada, expectativa e realidade do curso e infraestrutura do curso.....	25

LISTA DE SIGLAS

ATV	Atividades complementares
BI	<i>Business Intelligence</i>
IES	Instituição de Ensino Superior
IGC	Índice Geral de Cursos
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC	Ministério da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROUNI	Programa Universidade para Todos
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UFCA	Universidade Federal do Cariri
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	REVISÃO DE LITERATURA	10
2.1	IMPORTÂNCIA DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, ESTATUTO E REGIMENTO DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	10
2.2	CONCEITO, IMPORTÂNCIA E CARACTERÍSTICAS DE CURSO SUPERIOR	13
2.3	PERCURSO ACADÊMICO A PARTIR DE UM PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	15
2.4	IMPORTÂNCIA DO ACOMPANHAMENTO DA EVASÃO DE DISCENTES NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR.....	16
3	DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA	18
3.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	18
3.2	COLETA DE DADOS	19
3.3	ANÁLISE DE DADOS	20
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	20
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
	REFERÊNCIAS	30

1 INTRODUÇÃO

Com a expansão das universidades brasileiras através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), do Programa Universidade para Todos (PROUNI) e da Universidade Aberta do Brasil (UAB), verifica-se a necessidade de implementação de novas políticas públicas no ensino superior. Estas políticas, proporcionam a criação de novos Campus das Universidades em várias regiões do Brasil, bem como a oferta de novos cursos e conseqüentemente, o aumento da oferta de vagas no ensino superior público (ALVES; GAYDEZKA; DE CAMPOS, 2018).

De 2010 até 2022 observou-se um aumento na oferta de cursos de nível superior e no número de vagas disponíveis. Ainda assim, as políticas institucionais de permanência dos discentes nas instituições de ensino, até o momento da integralização da graduação, não foram satisfatórias, resultando no aumento de alunos evadidos (SOECKI et al., 2017). Conforme Barbosa et al., (2016), a evasão no ensino superior é uma manifestação social complexa, definida como a interrupção do curso de origem sem conclusão, independente do motivo, seja este por abandono, transferência para outro curso ou Instituição, aprovação em outro processo seletivo ou jubramento.

Lima, Alves e Izidoro (2020) comentam que a associação da evasão estudantil à falta de recursos financeiros do aluno é muito comum. Embora seja bastante agravante, este é apenas um dos motivos que leva ao desligamento do curso. Mas os fatores que favorecem a evasão em Instituições de Ensino Superior podem estar relacionados às características pessoais do aluno, à universidade em si, ou a fatores externos à Faculdade.

O Ensino Superior coloca diversos desafios aos estudantes que nele ingressam. Barbosa et al. (2016) destacam que a falta de maturidade dos estudantes perante a escolha da profissão e a ausência de orientação vocacional, faz com que esses indivíduos acabem cedendo à vontade e sugestão dos pais que estão mais preocupados com o retorno financeiro imediato e garantido em detrimento da realização pessoal dos seus filhos. Sendo assim, quando a escolha do curso é uma imposição dos pais, os filhos se tornam pessoas frustradas e com potenciais chances de fazer parte das estatísticas da evasão.

Existem outros fatores que influenciam a evasão, pois “para além das características acadêmicas de cada curso, há também um vetor administrativo que deve ser ressaltado: o apoio e o acompanhamento ao estudante” (GILIOLI, 2016, p. 11). Esse fator relacionado ao apoio e ao acompanhamento é de extrema importância para se combater a evasão no ensino superior. E este foi apresentado como um fator relevante para a evasão no estudo realizado

por Da Silva et. al. (2020, p. 64), a saber: “[...] alunos que procuram por apoio social naturalmente já estão em estado de necessidade e, portanto, estão mais propensos a se evadirem”.

Lima Jr. et al., (2019, p. 173) citam que “não basta saber quantos alunos abandonam a graduação; é preciso compreender suas razões de maneira a perceber os limites da responsabilidade institucional”. Sendo assim, é importante que se tenha uma comparação das características dos discentes que evadem e dos que decidem permanecer na universidade, uma vez que características particulares podem distingui-los (JUNIOR et al., 2019).

Este estudo foi realizado em uma Universidade Federal Brasileira. Sendo a evasão um problema que afeta sobremaneira as instituições educacionais, quais são as expectativas e necessidades dos discentes para a integralização dos seus estudos na Instituição pública “x”? Nesse contexto, a pesquisa tem como objetivo geral analisar as necessidades e expectativas dos discentes a partir dos processos necessários para sua formação acadêmica na instituição em estudo. Dessa forma, tem-se como objetivos específicos: I: apresentar o percurso acadêmico a ser seguido pelos discentes quando do ingresso na instituição; II: registrar as necessidades e expectativas dos discentes em cada etapa desse percurso; III: mapear as dificuldades e oportunidades que os discentes encontraram para realizar seus estudos; IV: investigar o que falta para que os discentes possam finalizar seus estudos na instituição; V: apresentar o que a Instituição deve proporcionar ou oferecer para que os discentes possam ter um percurso acadêmico tranquilo e contínuo e que não se tenha elevado número de evasão.

Araújo (2016) cita que a evasão universitária é um problema comum que afeta tanto as universidades no Brasil quanto no mundo. No entanto, seus efeitos vão além do ambiente acadêmico e passaram a vida dos estudantes. Além disso, não só as universidades se preocupam com este problema, mas também os órgãos governamentais responsáveis pela educação no país, como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), autarquia federal associada ao Ministério da Educação (MEC), que também demonstraram preocupação com a evasão no ensino superior.

A literatura sugere a existência de algumas razões que levam à evasão no ensino superior e essas razões podem variar de acordo com o contexto. No entanto, alguns fatores são comuns, incluindo a identidade pessoal (por exemplo, habilidades motoras), questões ambientais (estímulos) e sociais (família, pais e amigos) desde a infância, e questões socioeconômicas (renda e capital cultural) (LUNA, 2014).

Por isso, é fundamental que as instituições realizem pesquisas para identificar as causas da evasão. Assim justifica-se o estudo, que poderá contribuir para diminuir a evasão

universitária que é entendida como uma interrupção permanente do ciclo de estudos, impedindo o estudante de concluir o curso e obter um diploma, devido a falhas tanto do estudante quanto da instituição, a fim de fornecer subsídios necessários para o aperfeiçoamento do sistema de ensino da instituição.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 IMPORTÂNCIA DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, ESTATUTO E REGIMENTO DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

A extensão do acesso ao ensino superior foi ampliada na década de 2000, com a criação de programas como PROUNI, UAB e REUNI (PEREIRA; SILVA, 2010). A democratização do ensino superior trazida por estes programas modificou as políticas para ingresso e tornou as Instituição de Ensino Superior (IES) mais acessíveis. Por exemplo, o programa REUNI promoveu a segurança e expansão das Universidades Federais com altos investimentos em infraestrutura e aumento do número de docentes e servidores. No entanto, gerenciar o orçamento e manter a qualidade educacional são desafios importantes enfrentados pelas instituições.

O objetivo do programa é avaliar a melhoria da qualidade da educação superior, sua eficácia institucional, acadêmica e social, é garantir o cumprimento das responsabilidades sociais das instituições de ensino superior. Sendo assim, com o objetivo de fornecer elementos para que se pudesse avaliar a melhoria da qualidade da educação superior, sua eficácia institucional, acadêmica e social e, principalmente, o cumprimento dos compromissos e responsabilidades sociais das IES, o governo publicou o Decreto nº 9.235 em dezembro de 2017, que tratou sobre a obrigatoriedade de elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) pelas universidades (BALISA, 2020).

Por lei, toda instituição de ensino superior precisa ter um plano de desenvolvimento institucional (PDI). Além disso, ao elaborar um plano com o apoio da comunidade acadêmica, composta por professores, funcionários e alunos, a instituição tem a oportunidade de revisar sua missão e visão, organizar seus objetivos e metas, e alcançar o crescimento no contexto social (MENDONÇA, 2014).

Desde 1990, as universidades públicas têm enfrentado a necessidade de melhorar suas ferramentas de gestão. O Brasil, exige ferramentas mais modernas e democráticas para garantir a eficiência e eficácia da administração pública. Desde o governo de Fernando

Henrique Cardoso, a preocupação em modernizar o Estado tem aumentado. O PDI foi estabelecido como o principal instrumento de planejamento estratégico para as universidades federais, pensando que elas formularam objetivos específicos e ações para alcançá-los (FLACH; MATTOS; LUZ, 2017).

O planejamento é crucial na gestão e sua implementação correta permite que as organizações estabeleçam e monitorem objetivos e metas ao longo do tempo. Em um mundo atualmente volátil, incerto e complexo, incluindo instituições de ensino superior públicas, é ainda mais importante planejar em todos os níveis de gestão (FERNANDES et al., 2019).

Silva (2011) argumentam que as universidades começaram a integrar o planejamento em sua rotina em 2003 devido a uma mudança nas políticas do governo federal em relação ao ensino superior e à implementação da Lei nº. 10.861 de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e outras disposições. Essa lei tornou obrigatório para as instituições, a elaboração de um documento de planejamento denominado Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

O PDI é um documento que descreve a identidade da instituição, incluindo sua filosofia de trabalho, missão como instituição pública, estrutura organizacional e diretrizes administrativas e pedagógicas que orientam suas ações. É um tipo de planejamento que apresenta os objetivos, metas e ações institucionais destinadas ao desenvolvimento da universidade. É um planejamento governamental que visa mostrar os meios para alcançar os objetivos, de forma que as mudanças sociais, políticas e sejam encorajadas a obter resultados de decisões conscientes e propósitos de liderança e comunidade em geral (SANTOS; SIEBRA; OLIVEIRA, 2014).

Segundo Bertoldi (2006), o PDI é um documento estratégico da instituição que inclui: a história da IES, sua origem e evolução, sua descrição atual com dados quantitativos e qualitativos, a estrutura de organização e gestão, e os objetivos e metas para o ensino, pesquisa e extensão. De acordo com Oliveira (2018), planejamento é um processo que visa alcançar resultados desejados de maneira eficiente, eficaz e efetiva, concentrando esforços e recursos. É importante acompanhar e revisar as ações traçadas como estratégia, como parte de um ciclo fechado de planejamento.

Os modelos de planejamento estratégico usados por empresas com fins lucrativos não são perfeitos às instituições de ensino sem ajustes adequados. Estas características são importantes para se adequar à realidade das características típicas presentes nas instituições de ensino (SILVA, 2015).

No caso brasileiro, especialmente nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES),

a planificação é feita a partir do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) implementado pelo governo pelo Artigo 16 do Decreto n.º 5.773 de 09 de maio de 2006 (BRASIL, 2006).

De acordo com Segenreich (apud SILVA, 2015), o PDI tem sua base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996. Em 2004, a Lei n.º 10.861 de 14 de abril de 2004 foi criada, estabelecendo o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que tem como objetivo principal melhorar a educação superior no país. A ligação do PDI com o processo de credenciamento de cursos foi um fator importante para que esse plano se tornasse uma referência de planejamento para o IFES.

O Planejamento é definido por Pereira et al., (2010, p. 46) como: a) resultado de decisões atuais com impacto futuro; b) composto por ações interconectadas; c) objetivo é alcançar metas alcançadas; d) comparar alternativas em relação a futuros possíveis; e) escolher opções estratégicas em compromisso futuro, não passado; f) processo contínuo, flexível, não linear e adaptável, com abordagem abrangente na organização como um todo; e, g) limitado a um período de tempo previamente estabelecido.

Rodrigues (2021) cita que ao analisar a participação na elaboração do PDI da Universidade Federal do Cariri (UFCA) de 2016 a 2020, um estudo de caso na UFCA, obteve como resultados que a UFCA realizou atividades para estimular a participação, mas a participação foi restrita aos representantes das unidades acadêmicas e administrativas. Além disso, o desconhecimento do PDI e a disponibilidade para participação foram identificados como os principais limitantes. Em conclusão, o Princípio da Participação foi observado no PDI da UFCA, mas a participação foi limitada.

O PDI representa a consolidação e síntese dos resultados desse movimento contínuo, que envolve todas as dimensões e áreas da Instituição. Nesse sentido, o PDI também é um processo e está em constante revisão, mesmo durante seu período de vigência. Durante a vigência do PDI 2017-2021, o Brasil foi marcado pela instabilidade política e econômica do país, que afetou o ensino superior. O aprofundamento da crise econômica obrigou a Instituição a rever seus objetivos. Por fim, a pandemia do COVID-19 mudou de forma abrupta e inevitável todo o planejamento institucional (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS, 2022).

Acredita-se ser difícil classificar o PDI como uma ferramenta estratégica sem antes analisar suas características e as etapas para sua elaboração e gestão, ou seja, examinar se ele contém explicitamente e detalhadamente elementos que compreendem os critérios de qualidade propostos pelo controle e agências de avaliação e que certificam a excelência de uma instituição de ensino superior. Por exemplo, considerando que o MEC por meio do INEP

realiza a avaliação da educação superior no Brasil através de indicadores, faz-se referência ao Índice Geral de Cursos (IGC), que avalia e classifica anualmente as instituições de ensino superior, em simultâneo, através de um conceito que varia de 0 a 5 e que pretende exprimir, num único número, a qualidade de todos os cursos de graduação, mestrado e doutorado de uma IES (BITTENCOURT; CASARTELLI; RODRIGUES, 2009).

2.2 CONCEITO, IMPORTÂNCIA E CARACTERÍSTICAS DE CURSO SUPERIOR

A educação é considerada uma das principais bases dos direitos humanos, democracia, desenvolvimento sustentável e paz, e por isso deve ser disponibilizada para todos ao longo da vida. O direito à educação é mencionado na Carta das Nações Unidas, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e no Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos, especificamente no Artigo 26, parágrafo 1, que proclama que "todas as pessoas têm direito à educação" e que "a educação superior deve ser acessível a todos com base no mérito". A Convenção contra Discriminação em Educação (1960) também apoia esses princípios básicos e exige que os Estados Membros forneçam educação superior igualmente acessível a todos de acordo com suas habilidades individuais (UNESCO, 1998).

A Educação é vista como um dos elementos-chave para o crescimento social e cognitivo dos estudantes, e sua falta está relacionada diretamente à desigualdade social. O professor e o aluno são considerados importantes para a jornada de aprendizagem. A missão da educação superior é formar pessoas e prepará-las para desempenhar seu papel na sociedade, num momento em que é preciso construir uma identidade social forte (LIMA, 2022).

A fase da educação de ensino superior é a etapa seguinte à educação básica, que inclui a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Seu objetivo é desenvolver habilidades e conhecimentos especializados em uma área escolhida com vistas a preparar para uma carreira profissional. O ensino é apenas uma das três partes da educação superior, juntamente com a pesquisa e a extensão. A pesquisa é responsável pela criação de novos conhecimentos, principalmente vindos das universidades públicas, tendo o Brasil em 13º lugar mundial com um crescimento de 15% nos últimos seis anos. A extensão trabalha em áreas como hospitais universitários, museus, bibliotecas, atendimento à comunidade, entre outros. Os estudantes também aderiram iniciativas, tornando-se mais criativos e completos para o mercado ou para a vida acadêmica (MELO, 2017).

As IES desempenham um papel crucial na criação e disseminação de novos conhecimentos e invenções por meio da pesquisa básica, pesquisa aplicada, desenvolvimento e engenharia, não apenas em nível regional, mas também nacional. De um modo geral, as universidades têm duas funções sociais básicas: educar uma população mais educada, uma sociedade mais esclarecida e culturalmente elevada e produzir conhecimento científico (NOWOTNY *et al.*, 2001)

Segundo Morin (2003), o objetivo da didática superior é desafiar e estimular o indivíduo, ajudando-o a desenvolver sua autonomia intelectual. Ensinar não é apenas transmitir informação, mas sim ajudar a compreender a condição humana e estimular a criação de pensamento independente e livre. Para atingir este objetivo, a instituição de ensino e os professores devem trabalhar juntos para fomentar a aprendizagem tanto profissional quanto pessoal. A ideia é que o ensino superior seja visto como um meio de aprender, investigar, questionar, respeitar, trabalhar e valorizar o conhecimento, tanto individual quanto social e político.

Antes limitado e exclusivo em muitas sociedades, o ensino superior agora é visto como fundamental devido aos impactos da globalização e da sociedade do conhecimento. Sua importância econômica e social é amplamente reconhecida, levando a uma expansão e democratização a nível global. A melhoria da qualificação dos profissionais é considerada uma parte fundamental para a competitividade econômica entre os países. Além disso, o acesso à educação superior é visto como uma forma de combater a desigualdade de oportunidades e promover a mobilidade social. Por fim, as instituições de ensino superior enfrentam o desafio constante de produzir novos conhecimentos científicos, tecnológicos e inovadores (MARGINSON, 2016).

As mudanças no sistema de ensino superior no Brasil nos últimos trinta anos fazem parte de uma modernização mais ampla que afetou países onde a classe média é projetada e seus sistemas educacionais estão minimamente integrados. A procura por universidades por jovens de famílias sem histórico de ensino superior ou por pessoas mais velhas que buscam melhorar sua formação ou posição no trabalho, e a participação crescente de mulheres em cursos antes dominados por homens, são fenômenos comuns. Nesse contexto geral de mudanças em vários sistemas de ensino superior, incluindo o brasileiro (SAMPAIO, 1991).

Dessa forma, as universidades, ao formarem pessoas reconhecidas, impactam positivamente a capacidade da sociedade de compreender e utilizar novos conhecimentos e tecnologias, levando assim a uma sociedade mais capaz de produzir seus próprios

conhecimentos, ao invés de apenas copiar ou absorver o que é criado pelas universidades. (NOWOTNY *et al.*, 2001).

De acordo com Mazzoleni e Nelson (2005), as universidades podem ter um impacto positivo no desenvolvimento econômico de uma região devido à sua excelência em pesquisas avançadas e ao aumento da mão de obra qualificada na região. A combinação de conhecimento e mão de obra qualificada resulta em aumento dos retornos na produção de conhecimento e na eficiência das inovações, destacando a importância da função das universidades como geradoras de conhecimento em um sistema inovador.

2.3 PERCURSO ACADÊMICO A PARTIR DE UM PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O Projeto Político Pedagógico é um instrumento que estabelece metas para um curso e orienta suas táticas, facilitando a integração e sincronização das ações de todos os envolvidos no processo (BECK, 2003). Segundo Veiga (1998), o Projeto Político Pedagógico (PPP) é visto como uma ferramenta a ser utilizada pela escola, a fim de orientar o enfrentamento dos desafios do trabalho pedagógico de maneira colaborativa, o desenvolvimento do PPP é uma solução para lidar com a desintegração do trabalho pedagógico e a dependência dos órgãos e instituições acadêmicas que controlam estrategicamente a educação e as atividades escolares.

O PPP deve ser construído de maneira democrática e comprometido com a educação de qualidade para todos, com ênfase na formação humana pública e democrática. A formação é entendida como um processo contínuo e constante, envolvendo as relações pedagógicas e sociais (VEIGA; ARAÚJO, 2007). A escolha de aumentar as relações humanas no ambiente escolar, mudando de uma abordagem individual para uma coletiva e reflexiva, é um grande desafio que os professores precisam enfrentar ao planejar e implementar um Projeto Político Pedagógico (VENÂNCIO, 2005).

Venâncio e Darido (2012) citam em seu estudo que o PPP exige maior comprometimento de todos os envolvidos na comunidade escolar. Durante o processo, diferenças serão destacadas e ações comuns serão experimentadas e avaliadas constantemente. As professoras sugeriram pontos de reflexão, incluindo o diagnóstico da comunidade escolar, discussão sobre a função da escola, definição das necessidades dos alunos e do corpo docente, concepção de educação, entre outros. O PPP deve ser construído e implementado de forma colaborativa, buscando a qualidade na formação dos alunos e dos professores, não se restringindo a uma mera reprodução de conhecimentos.

O estudo de Fagundes (2003) concluiu que a organização do Projeto Político Pedagógico tem criado espaços que revelam as contradições da educação e das relações entre os sujeitos. Há evidências de impacto na formação, mas nem sempre há mudança de valores e concepções. As ações do PPP refletem a compreensão da realidade pelos acadêmicos e permitem que eles percebam que a universidade ou a educação pode ter outra organização e papel social. Isso leva a uma elaboração de autonomia, papéis sociais, capacidade de ler a realidade e uma práxis transformadora.

2.4 IMPORTÂNCIA DO ACOMPANHAMENTO DA EVASÃO DE DISCENTES NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

O termo "evasão" tem vários significados e pode se referir à saída de um estudante de um curso específico, da universidade ou mesmo do sistema de ensino universitário. Por esse motivo, as taxas de evasão são frequentemente difíceis de interpretar, pois podem ser muito diferentes dependendo da definição de evasão e do método usado para medir as taxas (SILVA FILHO et al., 2007).

A proposta de combater a evasão escolar como forma de melhorar a educação é justificável devido ao crescimento da rede federal de educação, que desde 2006 tem aumentado a oferta de vagas de forma democrática, sendo assim, para fortalecer o ensino, é necessário concentrar-se na qualidade do ensino, com foco na retenção e sucesso dos alunos no processo educativo (MEC, 2014).

Pesquisas sugerem o uso de metodologias longitudinais em estudos acadêmicos sobre evasão, o que permite acompanhar a jornada dos estudantes durante o curso (SANTOS JUNIOR; REAL, 2017). Isso é importante para identificar as características do processo de decisão de evasão, ao comparar de se concentrar apenas em estatísticas que apenas expressar o resultado desse processo. Essas informações incluem, por exemplo, as razões para abandono, a fase do curso em que isso ocorre com mais frequência e que poderia ser feito para mudar a situação (PIGOSSO; RIBEIRO; HEIDEMANN, 2020 apud HEIDEMANN; OLIVEIRA, 2020).

A evasão escolar é um problema que ocorre com frequência durante o primeiro ano do ensino superior. Este momento é visto como crucial, pois representa uma mudança significativa na vida do estudante e está relacionado a vários fatores acadêmicos, financeiros e institucionais (CASANOVA et al., 2018). De fato, a evasão “não se contém em poucos

aspectos, mas se caracteriza por um conjunto de fatores, que são multiplicativos e que vão definir as atitudes e motivações do estudante universitário” (BUENO, 1993, p. 13).

São vários os fatores que influenciam para a evasão universitária, incluindo insatisfação com o curso escolhido, uma grade curricular rígida, dificuldades de adaptação à vida universitária, falta de orientação, dificuldade em compreender os conteúdos, problemas com a metodologia de ensino, baixa proteção financeira/social da profissão, problemas financeiros, falta de programas de iniciação científica e monitoria e pouco tempo para estudar (GREGÓRIO et al., 2017).

De acordo com o MEC, no Brasil a evasão estudantil pode ser desencadeada por quatro eventos: abandono (falta de matrícula), desistência (formalização junto à universidade), exclusão por norma institucional e transferência (mudança de curso). Embora a transferência seja considerada uma adaptação, ela pode ocasionar ociosidade de vagas e dispensa de recursos acadêmicos e acadêmicos para a sociedade (LOBO, 2012).

Com o objetivo de definir o perfil do aluno matriculado no curso de Biomedicina e obter indicadores de evasão estudantil na Universidade Federal de Uberlândia, os autores Lima, Alves e Izidoro (2020), realizaram um estudo exploratório, referente ao período de 2007 a 2018, abrangendo um total de 390 alunos, traçando o perfil do discente desde sua matrícula e também no seu acompanhamento ao longo dos semestres até a integralização do curso. Os dados para o desenvolvimento da pesquisa, foram fornecidos pela Diretoria de Administração e Controle Acadêmico (DIRAC), vinculada à Pró-Reitoria de Graduação. Como resultados, foi observado que os discentes que apresentaram um maior quantitativo de evasão, foram aqueles aprovados pela modalidade da escola pública com renda familiar de até 1,5 salário-mínimo. Embora a carência econômica esteja entre um dos principais motivos para a evasão, outros fatores de ordem acadêmica e social, como questões vocacionais; expectativa do discente com o curso; despreparo emocional; carga horária excessiva e dificuldade de aprendizagem influenciaram na evasão acadêmica.

De acordo com Lamers et al. (2017), a evasão estudantil pode estar relacionada a dificuldades na conciliação entre trabalho e estudo, falta de dinamismo nas atividades propostas pelo professor ou instituição, falta de organização para cumprir tarefas e prazos, e dificuldade em lidar com fracassos e sucessos no processo de ensino-aprendizagem. Segundo exposto por Lobo (2012), as causas mais frequentes da evasão no ensino superior público e privado estão relacionadas a: (1) a má qualidade da educação básica no Brasil, (2) a ineficiência do ensino médio, (3) a falta de políticas de financiamento para os estudantes, (4) a escolha precoce da especialização profissional, dificuldades de mobilidade dos estudantes, (5)

a restrição da legislação e exigências para autorização e reconhecimento de cursos, (6) a falta de medidas para combater a evasão, (7) a legislação sobre inadimplência no Brasil, e (8) a presença de muitos professores despreparados para ensinar e lidar com os alunos.

Silva *et al.*, (2022) propõem três métodos para a realização de estudo sobre a evasão de discentes de uma instituição. A primeira, idealizada por Ambiel (2015), deve-se realizar um questionário online baseado na Escala de Motivos para Evasão do Ensino Superior (M-ES) a ser respondido pelo discente evadido, baseando-se nos motivos para a evasão, contendo por exemplo: questões institucionais; pessoais; relacionados à falta de suporte; relacionados à carreira; relacionados ao desempenho acadêmico; interpessoais e sete questões relacionados à autonomia. Silva et al (2022) sugere que o questionário idealizado por Ambiel contenham perguntas que possam direcionar o discente sobre os reais motivos que o leva ao trancamento ou desistência do curso.

A segunda proposta citada por Silva et al. (2022) refere-se à criação e implementação de um Sistema de Controle Acadêmico (SISCAD), que gerencie o controle da evasão, as solicitações de trancamentos, de cancelamentos e de transferências de matrícula, conforme os regulamentos e diretrizes traçados pela instituição. Isso, de forma a implantar um novo fluxograma operacional dos procedimentos relacionados ao trancamento e cancelamento de matrícula; implantar um instrumento eletrônico de registro dos motivos da evasão com base em fatores relacionados à organização do curso, processo de ensino aprendizagem, infraestrutura, orientação e assistência ao discente e /motivos pessoais, tendo como objetivo a produção de relatórios para a disponibilização dos coordenadores de curso.

A terceira proposta é a criação de grupo com o objetivo de recepcionar os calouros, promover a troca de experiências e apoio de aos estudantes recém-chegados, sendo também responsável por estudar/analisar a desvinculação e evasão dos estudantes do ensino superior, proporcionando assim autoestima; autonomia e confiança dos discentes (PINHO; TUPINAMBÁ; BASTOS, 2016 apud SILVA *et al.*, 2022).

3 DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa visou a realização de uma revisão bibliográfica sobre o Início, meio e fim de uma trajetória acadêmica, discorrendo sobre a evasão de discentes em uma IES. Essa pesquisa se classifica como descritiva com abordagem qualitativa. A pesquisa descritiva visa

descrever as características de um fenômeno, população ou variável (Gil, 2010). Segundo exposto por Lakatos e Marconi (2008), a pesquisa descritiva delinea o que é, e aborda também quatro aspectos: descrição, registro, análise e interpretação de fenômenos atuais, objetivando o seu funcionamento no presente. Quanto a abordagem qualitativa, tem por objetivo aprofundar a compreensão de um grupo social ou organização, ao invés de se preocupar com a representatividade numérica (GOLDENBERG, 1997, p. 34). Segundo Creswell (2010) a pesquisa qualitativa emprega diferentes concepções filosóficas, estratégias de investigação, métodos de coleta, análise e interpretação dos dados.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa é classificada como um estudo de caso, pois se preocupa com os aspectos de adequação e retórica do texto. Em termos de adequação, Gil (2009) cita que: (1) o texto pode ser direcionado para um público-alvo, todavia deve ser claro o suficiente para outros públicos entenderem; (2) o texto deve ser criticado por outros pesquisadores, participantes e informantes; (3) os sujeitos da pesquisa devem ser caracterizados ou ter o anonimato estabelecido e (4) o texto deve ser atraente para o leitor.

3.2 COLETA DE DADOS

Para a coleta de dados, procedeu-se a aplicação de um questionário semiestruturado para aplicação com os discentes da IES em estudo. Conforme Bell (2008) perante a estruturação e o armazenamento de registros, o questionário seria como uma prévia formulação de hipótese e identificação dos objetivos do estudo, além de uma observação e registro de maneira mais objetiva possível.

Para atender aos objetivos da pesquisa foi elaborado um questionário semiestruturado contendo seis questões sobre os dados pessoais e 19 questões sobre o convívio na Universidade. Quanto à técnica de amostragem empregada, optou-se pela amostragem intencional que segundo Andrade (1998) é um método na qual a pessoa encarregada de conduzir a investigação depende de seu próprio julgamento para escolher os membros que farão parte do estudo e por acessibilidade, a qual “longe de qualquer procedimento estatístico, seleciona elementos pela facilidade de acesso a eles” (VERGARA, 2007).

O questionário foi aplicado de forma online estando disponível entre os dias 06 e 13 de março de 2023. Os discentes foram contactados através do aplicativo de mensagens instantâneas WhatsApp. Foram contactados 263 estudantes, obtendo uma resposta do questionário por parte de 41 destes.

3.3 ANÁLISE DE DADOS

Para a análise dos dados, foi empregado a análise de conteúdo que segundo aponta Lakatos e Marconi (2008), tem como finalidade descrever sistematicamente o conteúdo das comunicações. E atualmente, foi acrescida de mais uma característica: o desenvolvimento de técnicas quantitativas, que permitem maior precisão.

Bardin (2006), define análise de conteúdo, como um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição o conteúdo das mensagens. O autor apresenta a utilização da análise de conteúdo em três fases fundamentais, sendo elas:

- 1) Pré-análise: nesta fase ocorre a leitura flutuante, seleção dos eixos centrais dos relatos, elaboração das unidades de sentido;
- 2) Exploração do material: consiste na codificação do material e na definição e organização das frases em categorias de análise; e,
- 3) Tratamento dos resultados, inferência e interpretação: momento da reflexão crítica e inferências do dito para o não dito.

Portanto, espera-se com essa técnica apontar as inferências que os relatos dos sujeitos da pesquisa permitem emergir acerca da evasão dos discentes das instituições de ensino superior.

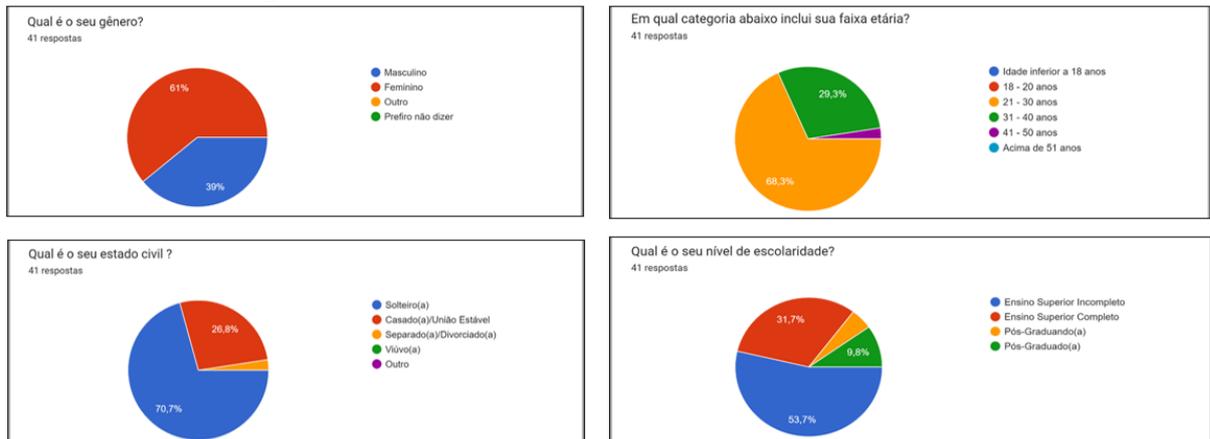
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para melhor compreensão das possíveis causas da evasão no ensino superior público, foi realizada uma pesquisa através de questionário online, com o objetivo de analisar as prováveis causas da evasão do curso universitário com alunos do curso de Administração de uma Instituição do Ensino Superior Pública.

O primeiro bloco “Perfil dos Respondentes”, apresenta as principais características dos participantes da pesquisa. A pesquisa foi realizada com 263 estudantes de uma IES pública brasileira. Dentre os 41 respondentes, 39% são homens e 61% mulheres. Sobre a faixa etária, 68% dos respondentes, possuem entre 21 a 30 anos; 29,3% estão entre 31 a 40 anos e uma pequena quantidade (2,4%), apresentam idade entre 41 a 50 anos. Quanto ao estado civil, 70,7% afirmaram estar solteiro(a)s; 26,8% estão casados ou em uma união estável e 2,5% são separado(a)s ou divorciado(a)s. Sobre o nível de escolaridade, 53,7% possuem ensino

superior incompleto; 31,7% já possuem ensino superior; 9,8% é pós-graduado e 4,8% estão cursando uma pós-graduação. A FIG. 1, apresenta os gráficos relacionados aos dados descritos.

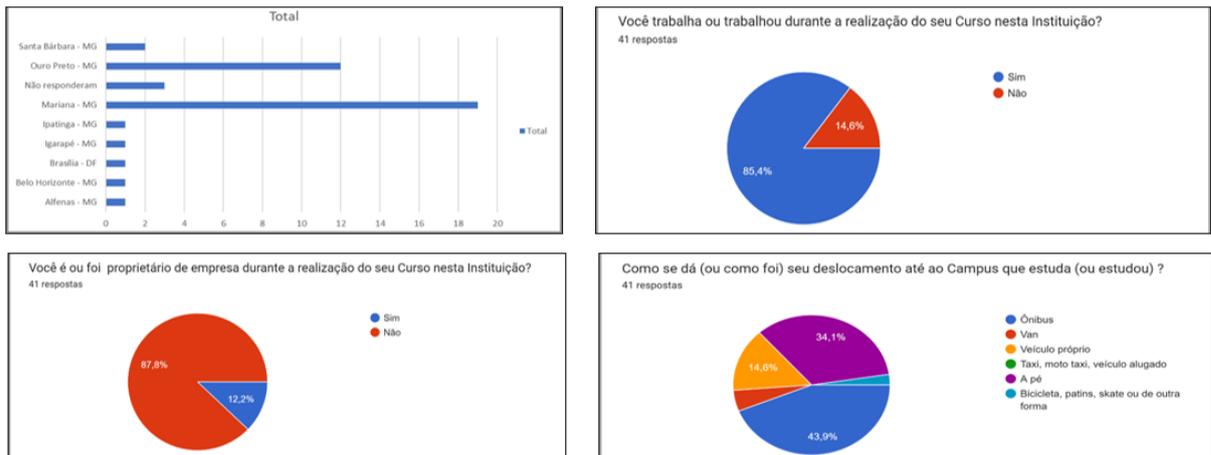
Figura 1 - Gênero, faixa etária, estado civil e escolaridade



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Questionados sobre a cidade onde encontram-se residindo atualmente, a maioria respondeu que mora nas cidades de Mariana, Ouro Preto e Santa Bárbara, respectivamente. Dos 41 respondentes, 41 residem com os pais; 29,3% com esposo(a) e filhos; 22% moram sozinhos e 9,8% residem com amigos. Sobre atividades laborais durante a realização do curso, 85,4% exercem ou exerceram atividades remuneradas durante a graduação e 14,6% não trabalham ou não trabalharam. Questionados se eram ou são proprietários de alguma empresa, 87,8% afirmaram que sim. Sobre o deslocamento até o campus da universidade, 43,9% através do transporte público; 34,1% fazendo caminhadas; 14,6% por veículos próprios. 7,4% responderam sobre o deslocamento por van, bicicletas, patins, skate ou outra forma não especificada. Os dados aqui apresentados, podem ser visualizados na FIG. 2.

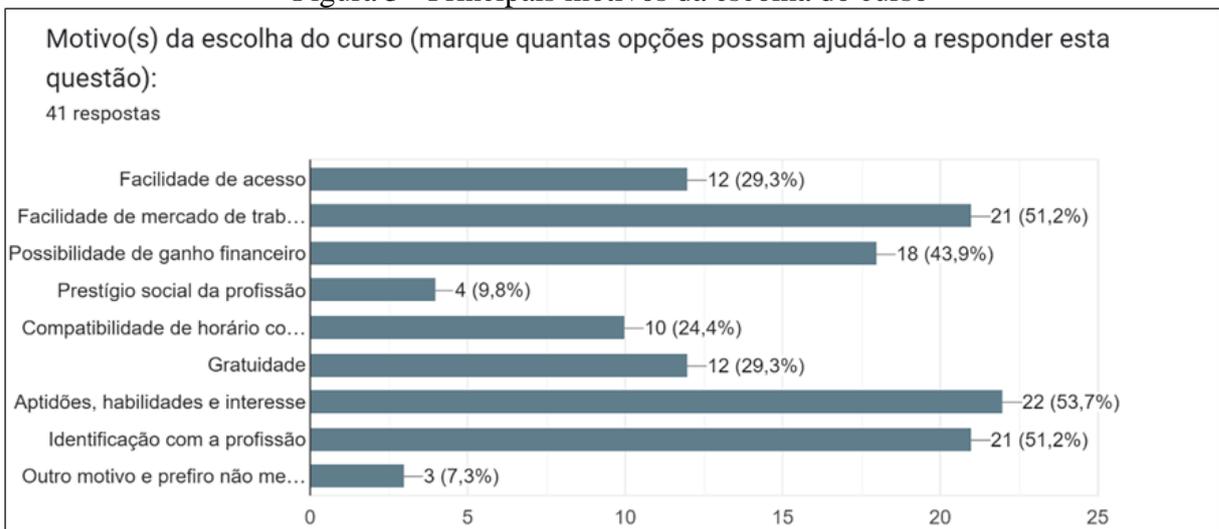
Figura 2 - Cidade de residência, atividades remuneradas, propriedade de empresa e deslocamento até a Universidade



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Sobre os principais motivos sobre a escolha do curso (FIG.3): 53,7% por aptidão, habilidades e interesse; 51,2% por identificação com a profissão e facilidade no mercado de trabalho; 43,9% pela possibilidade de ganho financeiro; 39,3% pela facilidade de acesso e gratuidade do curso; 24,4% devido a compatibilidade de horário com o trabalho. Foi registrado ainda, as opções do prestígio social da profissão (9,8%) e alguns respondentes que optaram por não mencionar o motivo da escolha do curso (7,3%).

Figura 3 - Principais motivos da escolha do curso



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Questionados se obtiveram todas as informações necessárias para o ingresso no curso (matrícula, documentação, calendário acadêmico, manual do aluno, etc.), 87,8% afirmaram que sim e 12,2% disseram que não.

Todas as informações são úteis para uma Instituição de Ensino Superior analisar as características de seus alunos e tomar decisões que possam melhorar a sua experiência.

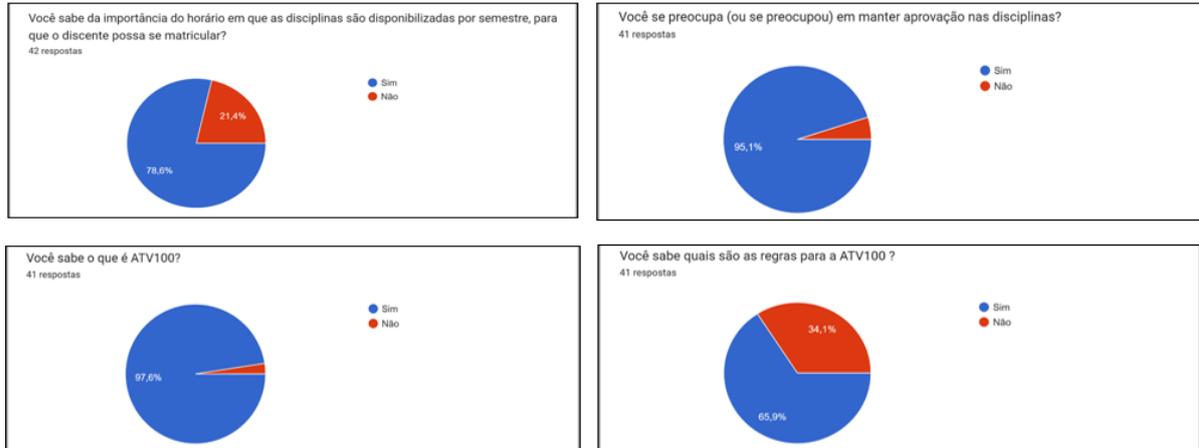
O segundo bloco “Percurso acadêmico a ser seguido pelos discentes quando do ingresso na Instituição”, buscou analisar o percurso acadêmico desses discentes quando ingressaram na Universidade. 65% dos respondentes afirmaram que tiveram acesso ao Projeto Político Pedagógico do curso logo nos primeiros dias de aula. Chama atenção o fato de 35% dos respondentes afirmarem que não obtiveram acesso ao PPP nos primeiros de aula do curso. Sobre a matriz curricular vigente, 80,5% afirmaram que tiveram acesso nos primeiros dias de aula, enquanto 19,5% afirmaram não ter tido o conhecimento da matriz.

Esses resultados podem indicar que há problemas na comunicação e na disseminação das informações do projeto pedagógico e da matriz curricular para os alunos. Vale destacar, que o acesso ao projeto pedagógico e a matriz curricular é fundamental para que os discentes possam compreender as expectativas e objetivos do curso, bem como se preparar para as disciplinas que irão cursar.

No terceiro bloco “Necessidades e expectativas dos discentes em cada etapa do percurso acadêmico”, foram questionadas quais as necessidades e expectativas dos alunos durante a graduação. 78,6% dos respondentes afirmaram saber da importância do horário em que as disciplinas são disponibilizadas por semestre para que os alunos possam se matricular. Questionados sobre a preocupação de aprovação das disciplinas, 95,1% afirmaram que possuem essa preocupação, enquanto 4,9% não se importam tanto. Questionados sobre o conhecimento em ATV100¹, 97,6% disseram conhecer a atividade e somente 2,4% dos respondentes, não tinham conhecimento no momento de resposta do questionário. Ainda sobre ATV100, questionados sobre as regras para cumprimento da carga horária necessária da atividade, 65,9% possuem conhecimento, enquanto 34,1% desconhecem as regras para as atividades. Os dados descritos, podem ser visualizados na FIG. 4

¹ Atividade Acadêmico Científico-Cultural

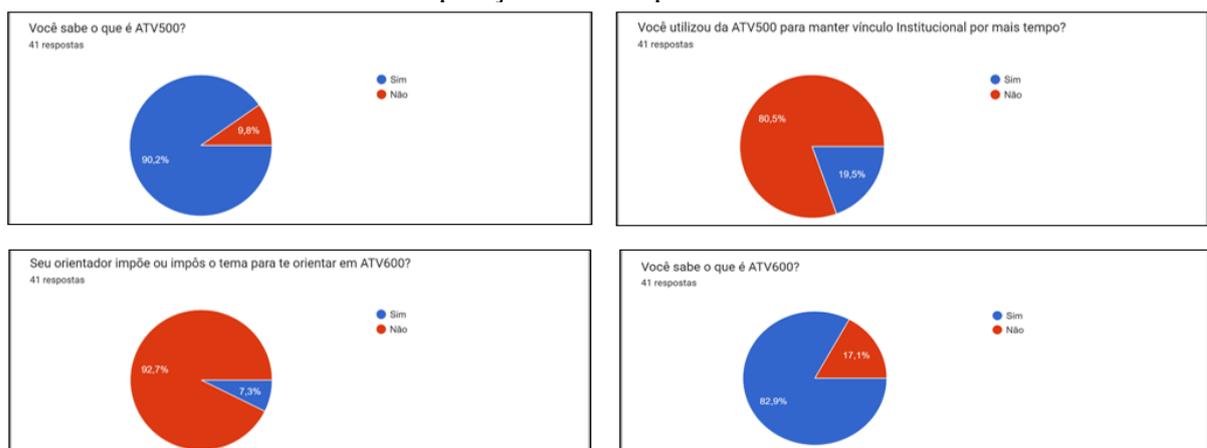
Figura 4 - Importância dos horários das disciplinas, aprovação em disciplinas, conhecimento e regras de ATV100



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Sobre o que é ATV500², 90,2% possuem conhecimento sobre a atividade e 9,8%, não sabem do que se trata. Questionados se já haviam integralizado a carga horária de ATV500 para manter o vínculo institucional por mais tempo, 80,5% responderam que não, enquanto 19,5% que sim. Sobre o conhecimento da atividade ATV600³, 82,9% afirmaram que sim, enquanto 17,1% desconhecem a atividade. Relativo ao questionamento se o orientador impõe o tema para orientação em ATV600, 92,7% responderam que não e 7,3% afirmaram que não. A FIG. 5 expõe os dados acima descritos.

Figura 5 - Conhecimento sobre ATV500 e ATV600, vínculo institucional através do ATV500 e imposição de tema para ATV600



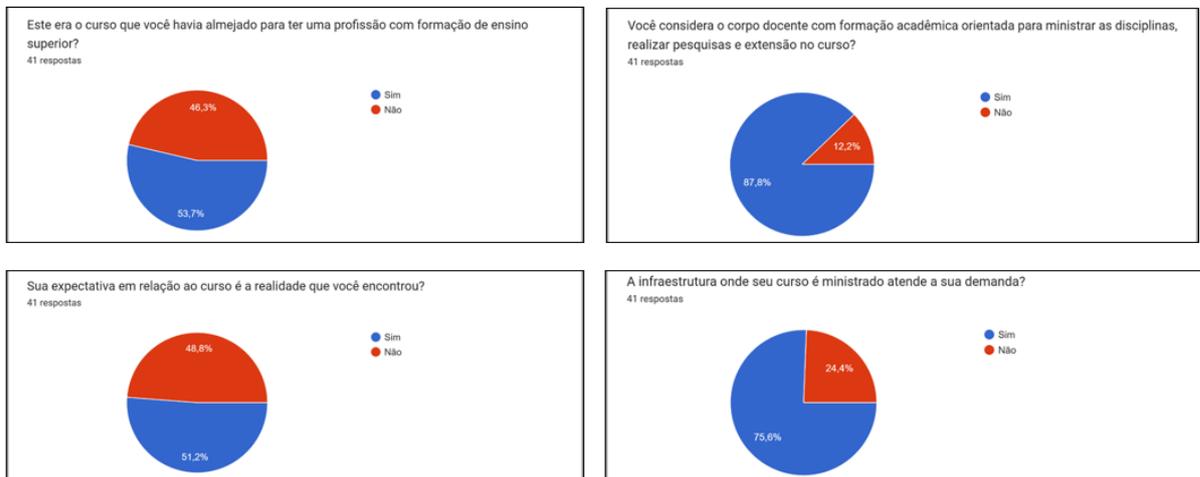
Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

² Estágio curricular obrigatório

³ Trabalho de Conclusão de Curso

Quando questionados sobre este era o curso almejado para ter uma profissão com formação de ensino superior, 53,7% disseram que sim, enquanto 46,3% afirmaram que não (FIG. 5). 87,8% consideram favorável a formação acadêmica do corpo docente orientada para ministrar as disciplinas, realizar pesquisa e extensão no curso e 12,2% não consideram essa formação adequada (FIG. 5). Sobre a expectativa em relação ao curso e a realidade encontrada pelo discente, 51,2% afirmaram que foram atendidas e que 48,8% encontraram uma realidade diferente (FIG. 5). Questionados sobre a infraestrutura onde é ministrado o curso e se consegue atender a demanda, 75,6% afirmaram que sim e 24,4% disseram que não (FIG. 5).

Figura 6 - Curso almejado, formação do corpo docente adequada, expectativa e realidade do curso e infraestrutura do curso.



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Os resultados apresentam que a maioria dos discentes consideram importante o horário em que as disciplinas são disponibilizadas e está preocupado em manter a aprovação nas disciplinas. Uma observação importante é que apesar dos discentes terem conhecimento da ATV100, 34,1% desconhecem as regras para completar esse pré-requisito obrigatório na grade curricular do curso. Por fim, poucos discentes utilizaram a ATV500 para manter o vínculo institucional por mais tempo, apenas 19,5% afirmaram que utilizaram desse recurso para se manterem com vínculo na Universidade.

O quarto bloco “Dificuldades e oportunidades que os discentes encontraram para realizar seus estudos”, 67,5% dos respondentes afirmaram que não se sentiram responsáveis por buscar melhorias e novas oportunidades no curso e 32,5% afirmaram que possuem uma certa responsabilidade nessa melhoria. Em suma, o resultado indica que muitos alunos

enfrentam dificuldades para conciliar as demandas do curso com outras atividades laborais e necessidades financeiras.

Quanto as principais dificuldades encontradas, trata-se de horários de disciplinas, já que existe a necessidade de conciliar o trabalho e o estudo; condições financeira, pois foi relatado ausência de auxílio estudantil; trabalhos acadêmicos com prazo curto para desenvolvimento; docentes com opiniões políticas tentando influenciar os alunos; alguns professores incapacitados para exercer o cargo ou que faziam pouco caso, com didática deficiente tornando algumas disciplinas incompreensíveis, sendo necessário busca por informações externas, ocasionando em depressão, crises de pânico e crises de ansiedade.

O quinto bloco “O que falta para que os discentes possam finalizar seus estudos na instituição”, destaca a necessidade dos alunos receberem assistência financeira e de terem horários de estudos que sejam compatíveis com o mercado de trabalho, já que muitos dos alunos trabalham e/ou residem em outras cidades. Essa análise é importante porque evidencia uma das dificuldades enfrentadas pelos alunos e sugere possíveis soluções para esses problemas. A necessidade de assistência financeira poderia ser suprida por meio de bolsas de estudos ou programas de auxílio financeiro oferecidos pelas instituições de ensino. Já os horários incompatíveis com os horários de trabalho podem ser solucionados por meio da flexibilização dos horários de aula ou da oferta de cursos (disciplinas) de verão durante as férias.

O sexto bloco “O que a Instituição deve oferecer para que os discentes possam ter um percurso tranquilo e contínuo e que não se tenha um elevado número de evasão”, os discentes apontam a necessidade de implantação de políticas públicas voltadas ao custeio da estadia dos discentes que precisam trabalhar e estudar por ser uma única fonte de renda. Em termos mais amplos, resultados sugerem que o acesso à educação é limitado por questões financeiras e que políticas públicas podem desempenhar um papel importante na criação de oportunidades educacionais mais acessíveis e equitativas para todos os alunos. Além disso, a pesquisa aponta para a necessidade de uma maior compreensão das necessidades e de políticas que atendam às suas necessidades específicas.

No sétimo bloco “Análise das respostas dos questionários”, conforme o questionamento e respostas do Bloco I, esta análise apresenta características dos 41 participantes de um estudo realizado em uma instituição de ensino superior com financiamento federal. Observa-se que as mulheres representam a maioria dos participantes (61%), e a maioria dos convidados tem entre 21 e 30 anos (68%) e é solteira. A maioria dos curados também possui ensino superior incompleto (53,7%). Em relação ao local de moradia,

a maioria reside em Mariana, Ouro Preto e Santa Bárbara e vive com os pais ou com amigos e filhos. A grande maioria dos cursistas está ou já esteve empregada (85,4%), e a maioria não tem empresa própria (87,8%).

Além disso, observa-se que a maioria dos convidados se deslocou até o campus da universidade de ônibus (43,9%) ou a pé (34,1%). Quando questionados sobre os motivos de terem escolhido o curso, os principais fatores foram a possível, habilidades e interesse (53,7%), a identificação profissional e facilidade de encontrar emprego (51,2%) e a possibilidade de ganho financeiro (43,9%). A acessibilidade e a gratuidade do curso também foram fatores relevantes para 39,3% dos convidados, enquanto 24,4% escolheram o curso devido a compatibilidade do horário de trabalho.

Observa-se que a grande maioria dos atendidos afirmou possuir todas as informações necessárias para ingressar no curso, incluindo documentos, calendário acadêmico e manual do aluno (87,8%). Essas informações podem ser úteis para uma instituição de ensino superior analisar as características de seus alunos e tomar decisões que possam melhorar a experiência dos alunos.

Com base nas informações fornecidas, no Bloco II, pode-se inferir que houve uma porcentagem significativa de alunos que não tiveram acesso adequado ao projeto pedagógico e a matriz curricular em vigor durante os primeiros dias de aula. Embora a maioria dos alunos tenha afirmado ter tido acesso ao projeto pedagógico, ainda há uma parcela significativa (35%) que respondeu que não teve o acesso e conhecimento ao conteúdo. Em relação a matriz curricular, 19,5% afirmaram não ter acesso ao arquivo nos primeiros dias de aula. Esses resultados podem indicar que há problemas na comunicação e na disseminação das informações para os alunos. É importante destacar que o acesso adequado ao projeto pedagógico e a matriz curricular é fundamental para que os alunos possam compreender as expectativas e objetivos do curso, bem como se preparar para as disciplinas que irão cursar.

Os resultados indicam que a maioria dos discentes consideram importante o horário em que as disciplinas são disponibilizadas por semestre e está preocupado em manter a aprovação nas disciplinas. A grande maioria dos discentes sabe o que é um ATV100 e ATV500, mas menos da metade sabe quais são as regras para um ATV100. Poucos discentes utilizaram a ATV500 para manter o vínculo institucional por mais tempo. A maioria dos discentes sabe o que é um ATV600, e a maioria não foi orientada pelo professor orientador em relação ao tema dessa atividade. A pesquisa também mostrou que mais da metade dos discentes escolheram o curso para ter uma profissão com formação de ensino superior e a

maioria considera que o corpo docente tem formação adequada para ministrar as disciplinas. Em relação à infraestrutura, a maioria dos discentes considera que atende à demanda.

Sobre a busca de melhorias e novas qualidades no curso, e a segunda é sobre as dificuldades encontradas pelos alunos. Sobre a responsabilidade por buscar melhorias e novas qualidades no curso, somente 32,5% afirmaram que sim. Questionados sobre as dificuldades encontradas pelos alunos durante o curso, foram citados horários de disciplinas, dificuldade na conciliação do trabalho e estudo, ausência de auxílio financeiro, influência política por parte de alguns professores, didática ineficiente durante algumas aulas, dificuldade de compreender o que o professor transmite na sala de aula, sendo necessário buscar por informações externas ocasionando depressão, aumento de crise de ansiedade e crises de pânico.

Em relação a necessidade dos estudantes receberem algum tipo de assistência financeira e de terem horários de estudos compatíveis com o mercado de trabalho, é necessário que isso seja revisto, pois a maioria dos alunos exercem atividades profissionais e enfrentam dificuldades de horários. Ressalta-se ainda, que o aumento de assistência financeira para os alunos proporciona um desempenho acadêmico melhor.

Em termos mais amplos, o texto sugere que o acesso à educação é limitado por questões financeiras e que as políticas públicas podem desempenhar um papel importante na criação de oportunidades educacionais mais acessíveis e equitativas para todos os alunos. Além disso, o texto também aponta para a necessidade de uma maior compreensão das necessidades dos estudantes e de políticas que atendam às suas necessidades específicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, não há políticas efetivas para reduzir a evasão e aumentar a taxa de conclusão do curso superior. Embora a falta de recursos financeiros seja um dos principais motivos, outros fatores acadêmicos e sociais, como a escolha da carreira, expectativas do aluno em relação ao curso, falta de preparação, carga emocional elevada e dificuldades de aprendizagem, também influenciam a evasão. Não foi possível identificar uma única razão para a evasão no sistema de ensino superior público, já que os resultados demonstraram causas variadas para o problema, indo desde motivos de natureza econômica e/ou social.

Estudos realizados até o momento, mostram que esse é um tema complexo, visto que a evasão pode ser proveniente de diferentes fatores. Para estudos futuros sobre a evasão de discentes no ensino superior público, recomenda-se a realização de novas pesquisas com

apoio das próprias instituições, fornecendo dados mais profundos para que se possa ir até a raiz do problema da evasão.

Por fim, sob essa perspectiva, o estudo atual trouxe algumas contribuições transmitidas, pois os resultados encontrados permitirão que os responsáveis pela Universidade conheçam o perfil do estudante, servindo como base para criação de novas estratégias com o objetivo de reduzir a evasão. Essas estratégias podem incluir a implementação de medidas como: aumento do suporte aos alunos nos iniciais, fortalecimento e disseminação de programas de monitoria e tutoria, expansão de políticas de assistência estudantil, realização de feiras de profissões em colaboração com escolas, entre outras.

REFERÊNCIAS

ABREU, Leandro. ROCKCONTENT/ BLOG. **Google Forms**: aprenda o passo a passo de como criar um formulário na ferramenta. 2021. Disponível em: <https://rockcontent.com/br/blog/google-forms/>. Acessado em: 05 de jan. 2023.

ALVES, Moyses de Oliveira Pereira; GAYDECZKA, Beatriz; DE CAMPOS, Ariana. Projeto para Registro e Controle da Evasão na UFTM. **Revista Triângulo**, 2018, 11.1: 125-135.

ANDRADE, M. M. de. **Introdução a metodologia do trabalho científico**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

ARAÚJO, T. B. **Evasão de discentes no curso de Ciências Contábeis da UFRN/CERES no período de 2011-2015**. Monografia (Bacharel em Ciências Contábeis). Orientador:

ARULDOSS, M.; TREVIS, M. L.; VENKATESAN, P.A. A Survey on Recent Research in Business Intelligence. **Journal of Enterprise Information Management**, 2014, n. 27, v. 6, p. 831-866. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/JEIM-06-2013-0029>. Acessado em: 07 de jan. 2023.

BALISA, Alyne Fereira Costa. **O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) como ferramenta de planejamento e gestão universitária**. 2020. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/bitstream/1/46097/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O_O%20Plano%20de%20Desenvolvimento%20Institucional%20como%20ferramenta%20de%20planejamento%20e%20gest%C3%A3o%20universit%C3%A1ria.pdf>. Acessado em: 10 jan. 2023.

BARBOSA, E. T.; NASCIMENTO, R. F.; FILHO, A.C. A.; BIAVATTI, V. T. Fatores determinantes da evasão no curso de ciências contábeis de uma instituição pública de ensino superior. **XIII Congresso de Iniciação Científica em Contabilidade, Building Knowledge in Accounting**, São Paulo, p. 1-22, 2016.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trans.). Lisboa: Edições 70, 2006.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de Metodologia científica**. 3.ed São Paulo: Pearson, 2007.158 p.

BARROS FILHO, José Antônio de. **Modelo de otimização de aulas com pesquisa e dashboard de acompanhamento integrado via Power BI**. 2017.

BECK, C. L. C., BUDÓ, M. D. L. D., TERRA, M. G., CAMPONOGARA, S., PADOIN, S. M. D. M., BLOIS, J. D. M. (2003). Participação na construção de um projeto político pedagógico na Enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, 56, 405-408.

BELL, J. **Projeto de pesquisa: guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais**. Tradução Magda França Lopes. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BERTOLDI, Werner José. **Processo de implantação do Plano Institucional de Desenvolvimento Integrado na Universidade do Contestado/UnC**. 2006. 87 f. Dissertação

(Mestrado em Administração) – Curso de Pós-Graduação em Administração. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

BIANCHI, Isaías Scalabrin. Os Sistemas e Tecnologias de Informação para a transformação digital das organizações e sociedade. **RISTI-Revista Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação**, 2022, 46: 1-4.

ITTENCOURT, H. R.; CASARTELLI, A. de Oliveira; RODRIGUES, A. C. M. **Sobre o índice geral de cursos (IGC)**. Avaliação (Campinas), Sorocaba, v. 14, n. 3, p. 667- 682, Nov. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772009000300008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto n.º 5.773, de 09 de maio de 2006**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1, p.6, 10 maio 2006.

BUENO, J.L.O. **A evasão de alunos**. Paidéia, (5), 9-16, 1993.

CASANOVA, Joana R. et al. Abandono no ensino Superior: Impacto da autoeficácia na intenção de abandono. **Revista Brasileira de Orientação Profissional** (on line), 2018, n. 19, v. 1, p. 41-49. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=203058814006>>. Acesso em: 05 jan. 2023.

CRESWELL, J. W (2010). **Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto** (3ª ed., 296p.). Porto Alegre: Artmed.

CUNHA, Juliana Tâmara Rodrigues da, et al. **Business intelligence como propulsor para contribuir com a análise da evasão da EaD no ensino superior**. 2019.

DA SILVA, Matheus Leme; OLIVEIRA, Sandra Cristina; SANTOS, Monique Matsuda dos; SCALCO, Andréa Rossi. Uma análise da evasão discente em cursos de Engenharia de uma Universidade Pública Brasileira. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 8, e70985159, 2020 (CC BY 4.0).

FAGUNDES, Mauricio César Vitória. **Reprodução e emancipação** – categorias de análise histórico-ontológica de um projeto-pedagógico: dialogando com a realidade concreta de seus sujeitos. Dissertação de Mestrado em Educação – faculdade de Educação. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2003.

FERNANDES, A. L., GARCIAS, C. M., RASOTO, V. I., DE CARVALHO, H. A., DE LIMA, I. A. Planejamento: um estudo do Plano de Desenvolvimento Institucional–PDI da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). **Revista da FAE**, n. 22, v. 1, 115-136, 2019.

FLACH, Leonardo; MATTOS, Luísa Karam De; LUZ, Sérgio Roberto Pinto Da. **O plano de desenvolvimento institucional como ferramenta de gestão: um estudo na Universidade Federal de Santa Catarina**. 2017.

Gil, A. C. (2009). **Estudo de caso**. São Paulo: Atlas.

GILIOLI, R. S. P. **Evasão em instituições federais de ensino superior no Brasil: expansão da rede, Sisu e desafios.** Estudo Técnico, Consultoria legislativa, Câmara dos Deputados, p. 1-55, 2016.

GREGÓRIO, J. R.; LEITE, C. C.; LEAL, B. C. O Programa de Apoio à Graduação em Química (PAG Química) e sua contribuição para a democratização e permanência dos estudantes no ensino superior. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias**, [s. l.], v. 16, n. 3, p. 540-558, 2017. Disponível em: http://reec.uvigo.es/volumenes/volumen16/REEC_16_3_7_ex1004.pdf. Acesso em: 20 nov. 2022.

HEIDEMANN, Leonardo Albuquerque; OLIVEIRA, Tobias Espinosa de. A evasão nos cursos de graduação: como entender o problema?. **Revista Educar Mais. Pelotas, RS. Vol. 4, n. 3 (2020), p. 451-459, 2020.**

JÚNIOR, O. D. G. F., DE CARVALHO, V. D. H., BARROS, P. A. M., DE MELO BRAGA, M. Uma Experiência com Business Intelligence para apoiar a Gestão Acadêmica em uma Universidade Federal Brasileira. **Revista Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação**, (46), 5-20, 2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de Pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAMERS, Juliana Maciel de Souza; SANTOS, Bettina Steren dos; TOASSI, Ramona Fernanda Ceriotti. Retenção e evasão no ensino superior público: estudo de caso em um curso noturno de odontologia. **Educação em Revista**, 2017, 33.

LIMA, Cássio. **Docência na Educação do Ensino Superior: a importância do papel do docente na formação dos alunos.** 2022. Disponível em: <http://repositorio.laboro.edu.br:8080/jspui/bitstream/123456789/584/1/Cassio%20Lima%20.docx.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2022.

LIMA JUNIOR, P., BISINOTO, C., MELO, N. S. D., & RABELO, M. Taxas longitudinais de retenção e evasão: uma metodologia para estudo da trajetória dos estudantes na educação superior. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, 27(102), 157-178, 2019.

LIMA, Katryn Sara Odette Maran de Oliveira; ALVES, Lívia Maria; IZIDORO, Luiz Fernando Moreira. PERFIL E EVASÃO DOS ALUNOS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM BIOMEDICINA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA-MG DURANTE O PERÍODO DE 2007 A 2018. **Revista Interfaces: Saúde, Humanas e Tecnologia**, n. 9, v. 1: 882-893, 2020.

LOBO, Maria Beatriz. Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções. **ABMES Cadernos**, Brasília, n. 25, p. 9-58. 2012.

LUNA, I. N.; BARDAGI, M. P.; GAIKOSKI, M. M.; MELO, F. D. S. Empresas juniores como espaço de desenvolvimento de carreira na graduação: reflexões a partir de uma experiência de estágio. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho, Florianópolis**, v. 14, n. 4, p. 441-51, 2014.

MARGINSON, Simon. **Higher education and the common good**. Melbourne: Melbourne University Press, 2016.

MAZZOLENI, R.; NELSON, R. **The roles of research at universities and public labs in economic catch up**. Laboratory of Economics and Management Sant'Anna School of Advanced Studies. Pisa, 2005.

MEC, Ministério da Educação. **Documento orientador para superação da evasão e retenção na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica**. Brasília, 2014.

MELO, R. A. **A Educação Superior E As Metodologias Ativas De Ensino-Aprendizagem: uma análise a partir da educação socio comunitária**. Americana, São Paulo, 2017.

MENDONÇA, Sérgio José Xavier de. **O PDI – Plano de desenvolvimento institucional**. 2014. Disponível em: http://pdi.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/196/2017/06/PDI-UFF_2013-2017.pdf. Acesso em: 08 jan. 2023.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Tradução Eloá Jacobina. 09. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004.

NOWOTNY, H.; SCOTT, P.; GIBBOS, M. **Re-thinking Science: Knowledge and the public in an age of uncertainty**. Cambridge: Polity Press, 2001.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento Estratégico - Conceitos Metodologia-Práticas**. 34ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2018. 9788597016840. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597016840/>. Acesso em; 07 jan. 2023.

PEREIRA, T. I; SILVA, L. F. S. C. As políticas públicas do ensino Superior no governo Lula: Expansão ou Democratização? **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p.10-31, jul à dez.2010.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS – DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR; DE CULTURA, SOCIEDADE GOIANA. Plano de desenvolvimento institucional. **Bambuí, no prelo**. 2022. Disponível em: https://sites.pucgoias.edu.br/pos-graduacao/mestrado-atencao-saude/wp-content/uploads/sites/48/2022/04/PLANO-DE-DESENVOLVIMENTO-INSTITUCIONAL-2022_2026.pdf. Acesso em: 25 jan. 2023.

RODRIGUES, Paula Camila Grangeiro. O princípio da participação no Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI (2016-2022) da Universidade Federal do Cariri (UFCA). 2021. Master's Thesis. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

SAMPAIO, Helena. Evolução do ensino superior brasileiro. *São Paulo, NUPES, Documento de Trabalho*, 1991, 8: 91.

SANTOS JUNIOR, José da Silva; REAL, Giselle Cristina Martins. A evasão na educação superior: o estado da arte das pesquisas no Brasil a partir de 1990. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Sorocaba, SP, v. 22, n. 2, p. 385-402, 2017.

SANTOS, Ramon; SIEBRA, Claurton; OLIVEIRA, Estêvão. Uma abordagem genérica de identificação precoce de estudantes com risco de evasão em um AVA utilizando técnicas de Mineração de Dados. In: **CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO**, 19., 2014, Fortaleza. [Trabalho apresentado]. Fortaleza: [s.n.], 2014.

SCHROEDER, E. A., LUNARDI, G. L., PEREIRA JUNIOR, E. F. Z., & DAVILA, L. C. (2018). **Proposição de um modelo baseado em indicadores para o acompanhamento do plano de desenvolvimento institucional**: um estudo de caso na Universidade Federal do Rio Grande. disponível em: http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/7744/2018_ENANGRAD141.pdf?sequence=1. Acessado em: 20 fev. 2023.

SILVA, Debora Bernardo da, et al. Evasão no ensino superior público do Brasil: estudo de caso da Universidade de São Paulo. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, 2022, 27: 248-259.

SILVA FILHO, R. L. L.; MOTEJUNAS, P. R.; HIPÓLITO, O.; LOBO, M. B. C. M. A evasão no ensino superior brasileiro. **Cadernos de pesquisa**, Maranhão, v. 37, n. 132, p. 641-59, 2007.

SILVA, J. E. O. A pós-graduação e o desenvolvimento socioeconômico: análise da gestão pública para a educação por meio dos orçamentos públicos federais. **Revista do CCEI**, n. 15, v. 28, 132-152, 2011.

SILVA, Marcelo da. **Sistemas de business intelligence como auxílio à acompanhamento das métricas do Balanced Scorecard**. Sistemas de Informação-Pedra Branca, 2015.

SOECKI, A. M. et al. Evasão no Ensino Superior. Nativa - **Revista de Ciências Sociais do Norte de Mato Grosso**, v. 7, n. 1, p. 1-17, 2017.

TETILA, E.C. (2016) Business Intelligence em Ambientes Virtuais de Aprendizagens. **EaD & Tecnologias Digitais na Educação**, n. 3, v. 4, 21-34.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1992. UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação – 1998. (Conferência Mundial sobre Educação Superior - UNESCO, Paris, 9 de outubro de 1998). Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php>. Acesso em: 25 fev. 2023.

VEIGA, I. P. A.; **Projeto Político-Pedagógico da Escola**: uma construção possível. 2 ed. Campinas: Papirus, 1998. p.11-35.

VEIGA, I. P. A.; ARAÚJO, J. C. S. **O projeto político-pedagógico: um guia para formação humana**. In: VEIGA, I. P. A. (org.). Quem sabe faz a hora de construir o projeto político pedagógico. Campinas, SP: Papirus, 2007.

VENÂNCIO, L. Projeto político pedagógico e a educação física escolar: uma prática pedagógica possível. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Coleção cotidiano escolar**: a educação física no ensino fundamental (5ª a 8ª série). Paidéia, Natal, v.1, n.1, 2005, p.114-27, 2005.

VENÂNCIO, Luciana; DARIDO, Suraya Cristina. A educação física escolar e o projeto político pedagógico: um processo de construção coletiva a partir da pesquisa-ação. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, 2012, 26: 97-109.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2007.

ZANELLA, A. V., Reis, A. C. D., TITON, A. P., URNAU, L. C., & DASSOLER, T. R. (2007). Questões de método em textos de Vygotski: contribuições à pesquisa em psicologia. **Psicologia & Sociedade**, 19, 25-33.